

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, abril de 2010, número 28. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Ilusões fartas

ARTIGO DO MÊS

O território imaterial do campesinato

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais

Araraquara, 9, 10 e 11 de junho de 2010

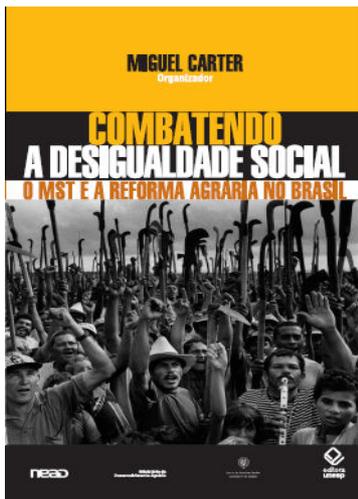
IV Encontro da Rede de Estudos Rurais

Curitiba, 6 a 9 de julho de 2010

XVI ENG – Encontro Nacional de Geógrafos

Porto Alegre, 25 a 31 de julho de 2010

PUBLICAÇÃO



Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil.

Organizador:
Miguel Carter

Nesse livro, Miguel Carter reuniu especialistas de diferentes áreas para traçar o estudo, mais abrangente até o momento, da questão agrária no Brasil e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - sua história, organização, estratégias e sua interação com o Estado, partidos políticos e outros movimentos sociais. Em sua introdução e conclusão, que confrontam diretamente algumas complexas e controversas questões, incluindo o MST, a democracia e o Estado de Direito, Carter oferece importantes contribuições para a compreensão do Brasil contemporâneo.

APOIO  **ciência**
UNESP

Elaborado por Danilo Valentin Pereira e Rubens dos Santos Romão de Souza. Pesquisadores do NERA – Bolsistas Ciência na UNESP.
Coordenação: Francilane Eulália de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

ILUSÕES FARTAS

Carlos Alberto Feliciano

Geógrafo

cacafeliciano@hotmail.com

cacafeliciano@usp.br

Car@s,

Bom dia!

Carta aos trabalhadores(as) da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

Nas semanas que antecederam encaminhei vários textos de minha autoria e/ou de meu entrosamento com posturas científico/técnico/político sobre as questões que envolvem o campo paulista e brasileiro.

Quando entrei na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), através do convênio com a Fundunesp em 1 de junho de 2000, fiz uma opção por trilhar um caminho onde fosse possível conciliar a carreira acadêmica de cunho mais teórico, com a prática social através de um órgão responsável pela política agrária e fundiária do Estado de São Paulo.

Iniciei minha vida profissional no setor denominado Assessoria de Mediação de Conflitos Fundiários (AMCF). Naquela conjuntura a AMCF era considerada pela direção como o cartão de visita da Fundação ITESP. Éramos os primeiros a trabalhar com um público que futuramente seria transformado na categoria, hoje entendida como assentados e quilombolas.

A AMCF caminhava ao lado da Diretoria Executiva, antevendo e indicando possíveis conflitos e confrontos. Propor o diálogo e estar disposto ao diálogo é um dos principais fundamentos para lidar com conflitos fundiários. Com o passar dos anos, a mudança na conjuntura política de ordem interna e externa ao ITESP, resultaram num processo de desconstrução da AMCF e outros setores estratégicos do ITESP.

No concurso de 2001 foram contratados 09 funcionários (entre advogados, sociólogos, agrônomos, historiadores, geógrafos) e 01 técnico para dar continuidade a ação de mediar os conflitos em todo estado.

A partir do ano de 2003, ocorreu a primeira ação que hoje culminou na desestruturação total da AMCF: as transferências compulsórias. Ou seja, fragmentar a equipe, deixando isoladamente, cada funcionário em uma regional. Alguns não aceitaram essa atitude e pediram demissão, outros sem outra opção no momento submeteram-se.

Com isso a riqueza gerada em discussões participativas, na troca de ideias, com posicionamentos, olhares e visões diferenciadas, e que possibilitavam um entendimento amplo do conflito deixou de existir. Cada um ficou restrito ao seu espaço. A partir de então, os funcionários da Mediação de Conflitos (inclusive eu), tornaram-se apenas levantadores de informações que eram solicitadas pela sede. Muitas vezes íamos a campo sem ter o que dizer, sem informações para trocar ou socializar. O diálogo pressupõe isso, a troca. Mas isso não acontecia, pelo contrário, muitas vezes éramos informados pelos próprios acampados de ações realizadas pelo ITESP.

Trabalhar com mediação de conflito é obter todas as informações possíveis de todos os lados existentes, para propor soluções e alternativas. O reconhecimento da existência do conflito com o passar dos anos deixou de ser o eixo de sustentação das negociações entre Estado X Movimento social X fazendeiros, transformando-se em mais um serviço público de atendimento.

Isso não é um tipo de incitação ao conflito ou então um saudosismo de uma determinada época, como alguns dirigentes me diziam no período em que passei pela Ouvidoria. Os conflitos materializados através das ocupações de terras não deixaram de existir, apenas recuaram. São quase 4 mil famílias que ainda estão acampadas, sendo que muitas delas conheço desde o momento em que comecei a trabalhar na Fundação ITESP.

A maioria das famílias, principalmente do Pontal do Paranapanema, aguardam novas arrecadações de terras, que não se efetivam desde final de 2006. Por isso, muitas famílias migraram para regiões onde a presença do Estado está mais fortalecida, através do INCRA.

Entendo que negar o conflito não resolve a questão. Vivemos nitidamente uma disputa entre classes sociais. Nesse processo histórico, foi pela adoção de um posicionamento claro nessa disputa que a Fundação ITESP tornou-se um órgão público diferenciado. Foi a aproximação com os movimentos sociais que fomentou, sustentou, fortaleceu e difundiu a Fundação ITESP como um dos institutos de terras de melhor desempenho em todo país.

Queriam ou não, são os movimentos sociais, os assentados, os quilombolas que sustentam todo ou grande parte do trabalho, da existência e da necessidade de continuidade da Fundação. Pensar o contrário é um risco; quase um suicídio institucional.

Porém, o risco de correr um distanciamento entre ITESP e movimentos sociais não está ausente. Se isso se aproximar, acontecer homeopaticamente ou se efetivar totalmente, qual setor da sociedade irá encampar a luta pela permanência dos trabalhos e trabalhadores da Fundação ITESP, como os assentados fizeram na entrada do governo Mário Covas?

Não é necessário historicizar nossa fragilidade institucional. Sabemos das dificuldades enfrentadas desde o concurso de 2001, do longo e hercúleo processo de conquista dos direitos e reivindicações trabalhistas nos trâmites burocráticos do Estado. Mas precisamos ficar alerta, para não nos perdermos em ilusões e nos digladiarmos internamente. Por exemplo, todos devem ter se atentado que a complementação por ascensão profissional (processo que apresentou algumas contradições) saiu do próprio orçamento do ITESP. Ou seja, puxamos e cobrimos um lado, mas descobrimos outro. Algum lado, com certeza sentirá frio.

Por falar em cobrir e descobrir, o novo concurso que viria para resolver algumas defasagens no quadro de funcionários não mostrou-se estrategicamente satisfatório para boa parte da comunidade atendida. Até hoje não consigo conceber como o município de Mirante do Paranapanema, que possui um dos maiores números de assentamentos e famílias assentadas do Brasil, até então, possui no seu quadro funcional apenas um cargo de veterinário. Isso é um erro estratégico numa região onde a produção de leite é a principal atividade econômica dos assentados.

O distanciamento dos movimentos e da comunidade atendida que estou mencionando pode ser materializado recentemente em ações concretas. Por exemplo, o Boletim ITESP on-line nº 157 dessa semana mostrou as atividades em homenagem ao Dia Internacional da Mulher em comemoração de seu centenário. O título principal diz: “ITESP e Justiça comemoram o dia das mulheres”. Infelizmente as mulheres acampadas e assentadas do Pontal do Paranapanema não foram convidadas para festa. Foram recebidas pela polícia (aproximadamente 20 policiais) e impedidas de entrar até mesmo no estacionamento do escritório da Fundação ITESP em Presidente Prudente. Ficaram de fora, sem água, sem direito de usar o banheiro e sob um sol intenso.

Porém construiu-se uma justificativa. O fato de ter ocorrido um confronto em anos anteriores entre sem-terra e polícia militar gerou uma atitude político/administrativa por parte da Fundação, impedindo qualquer manifestação no prédio público. O caso ocorrido não necessitava dessa ação. Estávamos na semana do Dia Internacional das Mulheres. Todos os anos elas se organizam e fazem algum tipo de manifestação. Isso já era de conhecimento do ITESP e do governo do Estado, apenas não souberam tratar a informação de forma adequada. Precipitaram-se. O ITESP fechou a porta e perdeu um pouco mais da confiança dos movimentos.

Nesse caso a situação poderia ser contornável se uma das partes estivesse disposta ao diálogo. Bastaria formar grupos de 05 ou mais mulheres para entrar no prédio, usar banheiro. Poderíamos ter disponibilizado um bebedouro do lado de fora. Isso já foi realizado em outros momentos, foi acordado com lideranças. Se não fosse essa a saída, construiríamos em conjunto e com a participação do próprio movimento, outras alternativas. São princípios concretos de um processo democrático e de respeito aos direitos humanos. Assim evitaríamos a adição de mais um conflito entre movimento social e Fundação ITESP.

Enfim, são inúmeros os assuntos que poderia elencar a título de ilustração os afastamentos e distanciamentos entre movimento e Estado. Quem ganha e quem perde. Mas a mensagem que quero deixar é a seguinte; há dois sujeitos sociais que são fundamentais no processo de reforma agrária: os camponeses e os agentes de Estado. O restante está de passagem.

Por fim, fraternalmente me despeço de todos. Essa é minha última mensagem encaminhada como trabalhador da Fundação ITESP após quase 10 anos de serviços prestados as comunidades atendidas por esse órgão público.

Dia 19 de março encerra o cumprimento do aviso prévio, mesmo tendo sido solicitado a liberação em formulário estabelecido em portaria e negada pela Diretoria Executiva. Logo mais serei desligado do(s) sistema(s) da Fundação.

Um forte abraço a tod@s.

Com certeza nos encontraremos em outros trechos dessa caminhada.